

## África



Danilo Gulmarães



Os ataques da Renamo a alvos econômicos já fizeram mais de 100 mil vítimas, civis na sua maioria

*Cad. Terc. Mundo (101)  
[Aug.] '87*

# Tempos de guerra

**Por trás de um aparente diálogo, a África do Sul continua desestabilizando o governo de Moçambique, com medidas de retaliação destinadas a asfixiar a sua frágil economia**

*Baptista da Silva*

**M**oçambique vive hoje um dos períodos mais difíceis e dramáticos da sua curta história como país independente.

A guerra que a vizinha África do Sul tem promovido no seu interior – treinando, armando e financiando os rebeldes da Renamo – alastrou-se por praticamente todo o país. O terror e a insegurança instalaram-se em quase todas as suas dez províncias.

As autoridades moçambicanas calculam que mais de 100 mil pessoas, na sua maioria civis, tenham morrido em consequência dos ataques do movimento rebelde apoiado pelo regime do *apartheid*. Mais de quatro milhões de pessoas – numa população total de cerca de 13,5 milhões – se viram obrigadas a abandonar as suas terras e casas e hoje correm o risco de morrer de fome ou de doença devido ao longo período de alimentação deficiente.

Segundo o Unicef, Moçambique apresenta atualmente uma das mais al-

tas taxas de mortalidade infantil do mundo. Tomando como base o ano de 1985, a taxa de mortalidade foi de 200 por cada mil bebês de até um ano de idade e de 375 por cada mil crianças de até cinco anos de idade.

De uma forma geral, os alvos escolhidos pelos rebeldes da Renamo – “bandidos armados” como em geral são chamados pelas autoridades e população moçambicanas – são os centros de produção, as redes elétricas, caminhos-de-ferro e estradas, as aldeias e povoados indefesos.

Os custos humanos e sociais são impossíveis de ser calculados: um milhão e meio de desabrigados em situação precária na periferia das grandes cidades, como Maputo ou Beira, e nas demais capitais provinciais; mais de 300 mil refugiados nas zonas fronteiriças (principalmente nas fronteiras com Zimbábue e Malaui); 25% da rede sanitária nacional foram destruídos.

Entre 1980 e 1985, a atividade dos rebeldes provocou o encerramento de mais de 1.800 escolas, o deslocamento de 314 mil alunos, além do sequestro ou morte de 300 professores.

No setor agrícola, do qual vivem 80% da população, a produção caiu nos últimos anos de 12 milhões de toneladas para apenas 1,2 milhão. A Renamo destrói pelo menos 50% da produção agrícola antes das colheitas serem feitas e a parte restante dificilmente pode ser comercializada devido às dificuldades existentes no seu escoamento por via terrestre. A anterior especialização da produção em cada província, que levava em conta as características e aptidões das diferentes regiões, deu lugar à necessidade de se produzir quase tudo na periferia das cidades e povoados mais importantes, com destaque especial – pela sua extensão – para as zonas verdes que estão sendo criadas em torno de Maputo e da cidade da Beira.

#### **África do Sul: a fome como arma**

As autoridades moçambicanas também tiveram que enfrentar os efeitos das calamidades naturais que têm devastado o país. Em 1977, as cheias dos rios Limpopo e Nkomati (no sul) e, no ano seguinte, as do Zambeze (centro-norte) obrigaram o deslocamento de mais de 220 mil pessoas e causaram estragos superiores a 64 milhões de dólares. Após três anos de secas consecutivas, que atingiu oito das dez províncias do país, o Limpopo voltou a transbordar, em 1985, e um ano depois ocorreram novamente cheias no vale do Zambeze. Todas essas calamidades, mais o furacão "Demofna", que literalmente varreu o sul de Moçambique em 1984, colaboraram decisivamente na estratégia montada pelo regime do *apartheid* para desestabilizar Moçambique: desarticular a economia, utilizando a fome como fator de pressão e arma de guerra.



Os rebeldes, hoje, recebem apoio logístico do regime de Pretória

## **O que é a Renamo?**

□ Com a queda do sistema colonial e a chegada ao poder da Frelimo, o regime de Ian Smith, na então Rodésia, apoiado por ricos ex-colonos em Moçambique, como Jorge Jardim, começa a estruturar o movimento rebelde moçambicano. A sua base de recrutamento era essencialmente os ex-militares negros que haviam servido no exército colonial português e ex-combatentes da Frelimo que haviam desertado ou entrado em dissidência, que eram, na maior parte dos casos, ex-militares portugueses pagos por Jardim. A organização do movimento estava a cargo do então chefe do serviço de informações do regime rodesiano, Ken Flowers.

Com a independência da Rodésia, hoje Zimbábue, em 1980, o regime da África do Sul assume a tutela do movimento e cria uma base de treinamento em Phalaborwa, no nordeste do Transvaal, província sul-africana fronteira com Moçambique.

Gozando do apoio de alguns colonos portugueses que naquele período haviam se estabelecido na África do Sul ou regressado a Portugal, o movimento rebelde passou a ser regularmente financiado também por certos países conservadores. O regime de Banda, no Malaui – um satélite

da África do Sul – se tornou outra das retaguardas dos rebeldes. Lá, eles podiam inclusive contar com preparação militar dada por instrutores israelenses que se encarregavam do treinamento das forças armadas do Malaui. As rotas de abastecimento eram variadas: a partir do Malaui, da África do Sul e ainda das ilhas Comores, cujo regime tinha (e tem) afinidades políticas e religiosas com os regimes árabes conservadores, financiadores da desestabilização em Moçambique.

Recorrendo à intimidação e à chantagem sobre muitos moçambicanos emigrados que trabalhavam na África do Sul e raptando jovens nas aldeias e povoados que atacavam e saqueavam, o movimento terrorista não encontrava dificuldades no recrutamento de efetivos. O elo de submissão definitiva ao movimento rebelde é muitas vezes feito por meio de um crime de sangue. Através dele, os chefes rebeldes têm a garantia de que os novos recrutas dificilmente terão coragem de abandonar as suas fileiras. Eles rompem os laços dos jovens com suas famílias e suas etnias, fazendo-os participar de massacres e tortura de populações das quais são oriundos e na pilhagem dos bens dos seus parentes e conterrâneos.

A Renamo tem cumprido à risca essa estratégia: sempre se assumiu apenas e exclusivamente como grupo militar, e não como uma força política cujo objetivo seja a aplicação de um programa de governo. Alimentando-se do tribalismo como única ideologia, a sua prática baseia-se exclusivamente no uso do terrorismo.

"No entanto, o movimento rebelde beneficiou-se de alguns erros cometidos pela Frelimo nos campos económico e político", disse-nos um alto dirigente moçambicano. "As atitudes verticalistas de alguns quadros políticos, o recrutamento por tempo indeterminado para as Forças Populares de Libertação de Moçambique (FPLM), a perseguição aos chamados "desocupados", que ocorreu durante um certo período, e a implantação de aldeias comunais em zonas onde as populações não só não estavam preparadas para aceitá-las, como as encaravam como contrárias à sua forma de organização tradicional, dificultaram a conscientização do nosso povo, que é a única arma eficaz para enfrentar o terrorismo", acrescentou o mesmo dirigente.

Por outro lado, e segundo vários depoimentos recolhidos, as actividades da Renamo não foram inicialmente encaradas com muita preocupação, talvez subestimando a sua capacidade desestabilizadora.

A África do Sul nunca deixou de apoiar, armar e abastecer os terroristas moçambicanos, mesmo tendo-se comprometido solene e formalmente a deixar de fazê-lo. Esse era, em síntese, o conteúdo do Acordo de Nkomati, assinado em 1984 pelos presidentes Pieter Botha e Samora Machel. Nas vésperas do acordo — descobrir-se-ia mais tarde — a África do Sul infiltrara centenas de rebeldes em território moçambicano e a divulgação dos documentos apreendidos no quartel-general da Renamo, a chamada "Casa Banana", na Gorongosa, em Agosto de 1985 (ver *terceiro mundo* nº 83), tornaria evidente que esse apoio — ao mais alto nível militar e governamental — nunca parou após Nkomati. Desde então, a imprensa moçambicana tem reiterado as constantes denúncias de violações do espaço aéreo e marítimo por parte dos sul-africanos, com o objetivo de abastecer os rebeldes.

O número de efetivos atribuídos aos bandos da Renamo são muito diferentes e alvo de controvérsia, embora as mais conceituadas publicações sobre questões militares afirmem haver 25 mil terroristas envolvidos na desestabilização de Moçambique.

Os cerca de 60 mil efetivos das FPLM têm tido limitações para debelar a ação criminosa da Renamo. As suas ações terroristas chegaram até as portas de

Maputo. Não é simples fazer a transição de um exército guerrilheiro para forças armadas de tipo tradicional. É um processo complexo, vivido em quase todos os outros países africanos de expressão portuguesa. Não é a mesma coisa preparar uma ação ofensiva de guerrilha do que preparar a ação militar de resposta a uma operação desse tipo. E hoje as forças armadas de Moçambique enfrentam grupos contra-revolucionários que agem com táticas de guerrilha.

Por outro lado, não se poderia falar em conflito de gerações, mas existe uma discreta luta pelos cargos de chefia. Como ocorre em outras partes, também em Moçambique é difícil a integração e o total aproveitamento dos quadros formados no exterior, em geral melhor preparados e com uma bagagem técnica superior. Não se trata de um fenómeno típico das forças armadas. Ele pode ser sentido em toda a sociedade. Muitas vezes, as pessoas em cargos de chefia, diante da chegada de um recém-formado no exterior, tendem, mesmo conscientemente, a dificultar a sua inserção no novo trabalho.

#### Defesa: prioridade máxima

Tanto o falecido presidente Samora Machel, sobretudo na fase final de seu mandato, como seu sucessor, Joaquim Chissano, têm procurado dar às FPLM a



Com a guerra não-declarada contra Moçambique, a produção do país atravessa a mais grave crise da sua história



organização e eficiência operacional que a guerra exige. Os resultados, porém, são lentos devido às extremas dificuldades que o país atravessa e cujos efeitos se fazem sentir também ao nível da defesa.

Um dos passos mais importantes foi o início e posterior incremento da cooperação militar com a Grã-Bretanha. As autoridades britânicas prometeram, durante a recente estada em Londres do presidente Chissano, intensificar essa cooperação. Por outro lado, na base de Nyanga, no Zimbábue, cerca de 400 militares moçambicanos por ano estão recebendo treinamento e instrução de combate na luta antiguerrilha de oficiais ingleses, número este previsto para ser duplicado a curto prazo. Por sua vez, um número ainda reduzido de oficiais moçambicanos também está se formando na Academia Militar britânica de Sadthurst.

Um outro salto qualitativo no combate aos terroristas da Renamo foi a participação no campo de operações de importantes contingentes das forças armadas do Zimbábue e da Tanzânia. As tropas zimbabueanas, calculadas oficialmente em 12 mil homens, têm dado provas da sua alta preparação e operacionalidade. Embora seu objetivo inicial fosse a defesa do Corredor da Beira (vital ao abastecimento do Zimbábue e ao escoamento das suas exportações como alternativa independente às vias de comunicação e portos sul-africanos, por onde transitam ainda 80% do comércio externo desse país), com o correr do tempo esse contingente passou a participar dos mais importantes combates travados no centro e norte do território moçambicano.

### Remodelações nas chefias militares

Por outro lado, a mudança na atitude do Malaui só ocorreu após vários pedidos de Samora Machel, reiterados por outros líderes dos países da Linha de Frente. Pediu-se ao presidente do Malaui, Hastings Kamuzu Banda, que o seu país deixasse de prestar apoio e de servir de retaguarda aos terroristas da Renamo. Em Setembro de 1986, com a assinatura de um acordo com Moçambique o presidente Banda comprometia-se a fazer cessar toda a actividade da Renamo em território do Malaui e aprovava a criação de uma comissão mista de

segurança para zelar pelo cumprimento do acordo.

A introdução recente de medidas disciplinares contra os militares que cometam infrações de vários tipos (falta de assiduidade, embriaguez, candonga<sup>1</sup>, falta de controle sobre material de guerra de que são responsáveis etc.) e o anúncio feito pelo presidente Chissano, em Junho passado, de importantes alterações nas chefias militares, são indícios de que algo está mudando nas FPLM. O general Sebastião Mabote, chefe do estado-maior, foi substituído pelo até então comandante da força aérea, António Hama Thai, tendo na mesma época sido substituídos os comandos militares de nove das dez províncias do país e nomeados novos chefes para diferentes ramos das FPLM.

Tudo indica que a guerra vai intensificar-se no futuro. É pouco provável que "o diálogo político e a reconciliação nacional" que os bispos católicos moçambicanos defenderam, na sua carta pastoral de 30 de Abril passado, como "única via para uma paz digna e honrosa", venham a se concretizar. Em primeiro lugar, devido à própria natureza da Renamo, baseada no tribalismo e no banditismo; em segundo, porque o curso da guerra dependerá sempre, em última análise, da vontade dos dirigentes do regime do *apartheid* e do poderoso aparelho militar sul-africano.

A hierarquia católica moçambicana reconhece a dificuldade desse hipotético diálogo, pois sabe muito bem – através das informações trazidas por muitos religiosos e missionários espalhados pelo país – dos atos terroristas cometidos pela Renamo e a violência indiscriminada de que são alvo as populações. O grande mérito da carta pastoral é, portanto, o de proclamar em alto e bom som a necessidade da paz em Moçambique, que é o maior sonho de todo o povo.

### África do Sul: a guerra não-declarada

O apoio à atividade terrorista da Renamo é apenas uma das frentes na guerra não-declarada que a África do Sul promove contra Moçambique. Outra, não menos importante, é a do boicote e da asfixia económica, através das pressões sobre a principal fonte de captação de divisas para Moçambique:

as transferências dos emigrantes moçambicanos na África do Sul (a maioria tradicionalmente trabalhando nas minas) e a utilização do porto de Maputo como via natural do comércio externo para a província sul-africana do Transvaal.

A emigração de trabalhadores moçambicanos para a África do Sul, assim como o volume de carga que transita no porto de Maputo com destino ou origem na África do Sul, têm sido drasticamente limitados nos últimos anos pelas autoridades de Pretória como forma de pressão política e económica sobre o Partido Frelimo e o governo de Maputo.

O presidente Chissano afirmou recentemente que o atual número de moçambicanos que trabalham na África do Sul não ultrapassa os 30 mil, metade do registrado em 1986 e quatro vezes menor que o verificado há alguns anos. No que se refere ao porto de Maputo, constata-se que de 7 milhões de toneladas de mercadorias com procedência ou destino à África do Sul que por ali transitaram em 1973, se passou para um movimento de apenas 960 mil toneladas em 1985, com uma queda de receitas de mais de 200 milhões de dólares para a economia moçambicana.

Os sul-africanos explicam esta queda, alegando o mau funcionamento da caminho-de-ferro que liga o nordeste do território sul-africano à capital moçambicana, mas o presidente Chissano afirma que tudo não passa de um pretexto.

Segundo dados oficiais, os custos da guerra não-declarada da África do Sul contra Moçambique, entre 1975 e 1984, elevam-se a cerca de 1,15 mil milhões de dólares.

Se acrescentarmos a esse montante o custo do boicote económico decretado pelas autoridades moçambicanas ao regime de Ian Smith – o que implicou, de facto, encerramento do Corredor da Beira –, antes da independência do Zimbábue, avaliado em 556 milhões de dólares, obtém-se um valor total que ultrapassa 1,7 mil milhões de dólares. Verba astronómica para um país que, embora potencialmente rico, se encontra entre os mais pobres do mundo.

<sup>1</sup> Candonga é como popularmente se denomina o "mercado negro" em Moçambique.